



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de posse da nova composição do Consea**

Palácio do Planalto, 12 de maio de 2004

Depois da fala do companheiro Patrus, a gente poderia encerrar este encontro aqui, do Conselho.

Eu quero começar cumprimentando o nosso companheiro Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,

Quero cumprimentar o companheiro Francisco, que quando todo mundo tiver mais intimidade, vai passar a chamá-lo de Chico Menezes, presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,

Quero cumprimentar e agradecer ao companheiro Marinho, que quando foi convidado para assumir a presidência, me fez várias justificativas da impossibilidade de poder dedicar 100% do seu potencial de trabalho em prol do Consea, por conta da presidência da CUT, mas eu penso que todos nós, hoje, somos agradecidos por ele ter aceito ser o presidente, no momento de consolidação do Consea e, possivelmente, se não fosse uma figura com a representatividade do companheiro Marinho, nós não teríamos chegado com a tranqüilidade que chegamos até a nossa conferência de Olinda.

Quero agradecer ao deputado João Caldas, presidente da Frente Parlamentar de Combate à Fome, que tanto fez com que se debatesse, na Câmara, a questão da fome,

E, também, quero cumprimentar o companheiro deputado Inácio Arruda, que está aqui presente,

Quero cumprimentar a todos os conselheiros e conselheiras recém-empossados, indicados pela Conferência,

E, sobretudo, quero cumprimentar o companheiro Chico por ter aceito essa incumbência árdua de fazer com que o novo possa prevalecer,



Quero cumprimentar os meus ministros aqui presentes, começando pelo Nelson Machado, que é o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, que está substituindo o Guido Mantega,

- O companheiro Jaques Wagner,
- O companheiro Luiz Dulci,
- O companheiro Roberto Rodrigues,
- O companheiro Humberto Costa,
- O companheiro Olívio Dutra,
- O companheiro José Fritsch,

Estou cumprimentando um por um, porque eu vou passar um recado aqui para o companheiro Patrus.

Eu assumi um compromisso com o Patrus e com o Francisco Menezes, de que nós temos 16 ministros participando do Consea e um secretário especial, que é o meu assessor, companheiro Frei Betto. E eu disse ao Patrus e ao Menezes que os ministros que estão participando, aqui, precisam assumir como tarefa, a participação em todas as reuniões do Consea. Se porventura o ministro achar que é impossível participar, que ele defina um membro do seu ministério que possa participar ativamente porque, aqui, muitas vezes, nós tomaremos posições e não pode, alguém que está aqui, dizer: “eu não posso fazer isso, porque eu preciso consultar alguém”, ou seja, é preciso que a pessoa que esteja participando tenha um mandato para ajudar a deliberar, porque nós esperamos que o Consea faça grandes e ótimas sugestões de políticas públicas de combate à fome neste país.

Obviamente que eu sei das tarefas dos ministros. Muitas vezes eles estão viajando e não podem estar presentes, mas é importante que haja uma interação. Não pode, a cada reunião, vir uma pessoa diferente, do ministério, apenas para ocupar uma cadeira. É importante que haja um acordo entre o ministro e o seu secretário-executivo, entre o ministro e o seu chefe de



gabinete, para que os dois sejam cúmplices dessa boa política que vocês, certamente, irão nos orientar no Consea.

Eu, também por conta do tempo, Chico, vou ler aqui, mas eu estou com o improviso preparado aqui do lado.

O Consea vem ajudando o Brasil a transpor a fronteira do possível e chegar cada vez mais perto do desejável. E o desejável é o que temos feito juntos, para acabar com a fome no nosso país.

Numa sociedade com a capacidade produtiva que temos, e com os recursos naturais de que dispomos, nós sabemos que a fome não é uma fatalidade, é uma escassez construída. Sua persistência entre nós é um paradoxo revelador da nação que já poderíamos ser, mas que ainda estamos construindo.

Meus companheiros e minhas companheiras,

Nos últimos dez anos, a produção agrícola nacional aumentou em mais de 120%. Para 1/3 dos brasileiros, porém, tudo se passou como se o país fosse um deserto improdutivo de areia e sal.

Embora a colheita tenha dobrado nos campos, a fartura não chegou aos pratos dos que mais precisam. Essa é a evidência mais nítida do erro cometido por aqueles que renunciaram à sua responsabilidade pública em relação ao desenvolvimento nacional.

Tal omissão privou o Brasil, entre outras coisas, de uma política de segurança alimentar, que é também uma poderosa alavanca de expansão de um mercado interno de massas.

Nós construímos essa política e estamos fazendo dela uma realidade. Essa é, e tem sido, um das importantes tarefas deste Conselho, que passa a contar agora com 73 membros, incluindo especialistas e técnicos com a responsabilidade de consolidar um projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional para o nosso país.

As recomendações da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar,



realizada em março, em Olinda, também vão pautar o trabalho deste Conselho nos próximos dois anos. Com isso, nós estamos estabelecendo políticas públicas que recuperam e reforçam a lógica humanista afastada do Estado brasileiro nas últimas décadas.

A urgência de quebrar essa inércia determinou a criação do programa Fome Zero logo no início do meu governo. Com ele atacamos a emergência e as raízes estruturais da fome no semi-árido nordestino; mobilizamos a sociedade civil; conquistamos aliados internacionais; rompemos o conformismo; reorganizamos canais de participação social e re colocamos a segurança alimentar na agenda do Estado nacional.

Vencida essa etapa, era necessário unificar a política social para racionalizar recursos e ganhar velocidade na sua implantação em áreas urbanas. Para isso foi criado o programa Bolsa Família, cuja prioridade são as grandes concentrações metropolitanas do país.

Na conferência de Olinda, eu disse que até julho iríamos incorporar mais 914 mil famílias ao Programa que já contava com 3,6 milhões de beneficiados. Agora em maio, já são 3 milhões e 996 mil famílias, de brasileiros e brasileiras, cerca de 17 milhões de pessoas, que estarão recebendo um benefício médio da ordem de R\$ 72,50 reais, credenciando-se assim a uma alimentação melhor e mais digna. Um benefício que, vocês sabem, nosso governo conseguiu triplicar o valor médio que era de 22 reais.

Estamos assinando parcerias com prefeituras e estados. Em julho, conforme o previsto, o Bolsa Família estará pagando 4 milhões e 500 mil benefícios, dentro de um enorme sistema social de proteção que, no final, abrigará todas as famílias que vivem em extrema pobreza no nosso país.

Meus queridos conselheiros e conselheiras, meus amigos e minhas amigas.

A nossa política social almeja muito mais do que transferir renda às populações mais pobres. O desafio que queremos compartilhar com o Consea



é fazer da política social um acelerador do desenvolvimento sustentável do país. Essa é a essência da Política Nacional de Segurança Alimentar que estamos e vamos construir.

Para tanto é necessário fortalecer ainda mais o que já estamos fazendo: desenvolver a agricultura familiar; avançar na reforma agrária; combater o desperdício; multiplicar os bancos de alimentos; bem como expandir a rede de restaurantes populares, como tem feito o ministro Patrus; reforçar a merenda escolar e investir na educação alimentar.

Trata-se, enfim, como diz o mestre Celso Furtado, de reconstruir os fundamentos de uma população, portanto, as bases do próprio país e do seu desenvolvimento. Somente assim a geografia da fome, descrita por Josué de Castro nos anos 40, será substituída pela geografia da cidadania nacional.

Minhas amigas e meus amigos,

Quero encerrar agradecendo a contribuição de todos os conselheiros que até hoje contribuíram para essa travessia, dando o melhor de si, voluntariamente, para essa causa de interesse de toda a nação.

Quero também agradecer em especial a um dos nossos conselheiros, o companheiro Luiz Marinho, que não poupou esforços durante mais de um ano, acumulando a presidência do Consea e da CUT e a participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Só um capitão de longo curso como ele teria a paciência e habilidade para conciliar assim tantos encargos com a mesma firmeza e competência. Substituí-lo, portanto, não seria tarefa fácil. Até porque queríamos alguém que aliasse à experiência histórica e política, um perfil técnico condizente com a nova fase do Consea. Talvez por isso as indicações convergiram sempre para o nome do companheiro Francisco Menezes, que estará à frente deste Conselho até 2006.

O Francisco, além dessas qualidades, traz para a presidência do Consea uma credencial imbatível como um dos sucessores do nosso querido



companheiro Betinho na direção do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase.

Portanto, estamos bem acompanhados. Tenho certeza de que ele e os novos membros do Consea estão plenamente habilitados a contribuir para este novo capítulo da história brasileira, que é transformar a luta contra a fome num importante motor do desenvolvimento brasileiro.

Nós temos que saber escolher os ventos porque o mandato que recebemos nas urnas determina um porto de chegada, cujo nome é democracia social, e o sobrenome é desenvolvimento com dignidade.

Eu quero desejar ao companheiro Francisco Menezes e a todos vocês, conselheiros e conselheiras, toda a sorte do mundo nesta nova empreitada. E saibam que vocês terão na minha pessoa e na pessoa do companheiro Patrus Ananias, sempre, um companheiro à disposição, não só de participar das reuniões, mas de cumprir as orientações e as determinações que vocês assim nos deram.

Eu queria, meu querido Patrus, dizer a você algumas coisas boas e algumas coisas interessantes que estão acontecendo, hoje, no mundo, e que eu espero que aconteça cada vez mais. Nós tivemos sorte, na verdade, com o lançamento do programa Fome Zero. Nós sabemos que no Brasil sempre tem aqueles otimistas exagerados, tem aqueles pessimistas exagerados e tem a nós que temos o bom senso de acreditar que a boa política se faz com perseverança, que a gente não trabalha em função do imediatismo de alguns nem em função da improcedência do sucesso de outros. Nós trabalhamos porque acreditamos.

Eu penso que o Fome Zero se tornou hoje um assunto a ser discutido em vários países do mundo, países ricos e países pobres. Certamente, o Fome Zero é considerado um dos programas de políticas sociais de maior sucesso no mundo. É por isso que nós temos recebido, tanto do Unicef, quanto do Banco Mundial e de governantes de outros países, não apenas elogios, mas temos



recebido deles a disposição para, junto conosco, criar uma rede maior de proteção às pessoas que passam fome no mundo.

Foi assim que nós conseguimos introduzir o programa Fome Zero em Davos, que até então era um encontro da chamada elite financeira do mundo, elite empresarial. Pela primeira vez, possivelmente, aquelas pessoas ouviram falar na palavra fome e ouviram falar por alguém que já tinha passado fome.

Depois nós tivemos a segunda grande oportunidade que foi o encontro que eu tive, em Evian, com os representantes dos 20 países maiores do mundo. Pela primeira vez, eu acho que a grande maioria daqueles chefes de Estado ouviu também a questão da fome como uma política prioritária de um Estado importante como o Estado brasileiro.

Depois, nós fizemos algumas discussões, nós fizemos um encontro no Uruguai onde, que pela primeira vez, reuniram-se todos os presidentes da América Latina mais o primeiro-ministro do Canadá e mais o presidente dos Estados Unidos da América, e nós conseguimos fazer com que a pauta de dois dias de reuniões fosse apenas política social e política de combate à fome no mundo.

Depois eu fui a Genebra. Fizemos um encontro com o presidente Chirac, o presidente Lagos, do Chile, e nós compusemos um grupo técnico que está trabalhando para preparar uma proposta de criação de um fundo que possa combater a fome.

Eu sempre digo que não precisam me perguntar que fundo, porque tem tantas idéias, que nós não queremos dizer uma única e parar por aí, ou seja, nós temos várias hipóteses.

Esta semana eu recebi aqui um ministro da Espanha, que vai ser ministro responsável na União Européia. Ele me comunicou que em Guadalajara, o presidente do Conselho de Ministros da Espanha, recém-eleito, do partido socialista, o Zapateiro, quer participar deste grupo junto com França, Chile e Brasil.



Nós temos um outro grupo constituído entre Índia, África do Sul e Brasil, que já deram, inclusive, uma pequena contribuição para o Fundo de Combate à Fome. Nós tivemos a sorte de receber um prêmio do Príncipe das Astúrias de 50 mil euros, e nós fizemos uma doação para que esse dinheiro ficasse na ONU.

Por conta disso, alguns empresários de empresas nacionais e multinacionais contribuíram também com 1 milhão e 600 mil dólares para que a gente crie esse fundo, e nós queremos criar uma consciência de que todos têm que contribuir.

Mandei uma carta, ministro Patrus, para todos os presidentes de todos os países do mundo, convidando-os para que em setembro, antes da abertura da reunião das Nações Unidas, onde o Brasil é quem faz a abertura todos os anos, para que a gente tenha, na véspera, uma reunião com um conjunto de presidentes da República de países, para discutir a política de combate à fome e a constituição de um fundo, que pode ser sobre o comércio exterior, sobre dinheiro dos paraísos fiscais, sobre o comércio de armas, que pode ser, sei lá, a gente pode pensar mil formas, mas nós temos que criar um fundo em que um país como o Brasil não precise recebê-lo. O Brasil tem tamanho e riqueza suficiente para resolver os seus problemas. Mas existem países mais pobres do que nós, e se nós não tivermos uma política efetiva de ajuda, não apenas dando dinheiro, mas ajudando no seu desenvolvimento sustentável, a gente não combate a fome como deveríamos combater.

Nós estamos indo para a China agora. Na China vamos para Xangai – já fui informado que o ministro Patrus não pode ir, mas vai a Ana Fonseca, porque foi convidada – onde o Banco Mundial vai fazer uma grande conferência também sobre a questão da fome.

Eu vou terminar lembrando a vocês: a fome só vai ser combatida, definitivamente, quando ela for transformada num problema político. Por enquanto, a fome é um problema social. Os famintos estão quietos, os famintos



estão esperando. Só será tratado com a dimensão que precisa ser tratado por governantes do mundo inteiro, quando os famintos resolverem, juntos, gritarem que estão com fome.

E eu espero que um país que tem a experiência do Brasil que, em 1946, pôde receber como um prêmio extraordinário, o livro do Josué de Castro, sobre a geografia da fome, que a gente faça jus ao que nós começamos a realizar no dia 1º de janeiro do ano passado. E é importante lembrar que – com todas as críticas que o programa Fome Zero recebeu – no Brasil, tem sido, não só nas pesquisas de opinião pública, o programa mais bem avaliado, como tem sido referência para debates em todos os países do mundo. E é importante ter em conta que isso foi devido ao trabalho sério do companheiro Graziano, muitas vezes incompreendido durante seis ou sete meses apanhando, sistematicamente, sofrendo internamente. E acreditou que era possível fazer. E concluímos que era preciso criar alguma coisa que, além do programa Fome Zero, pudesse agrupar outras políticas públicas que já tínhamos no Brasil.

E é importante, Patrus, que os conselheiros tenham clareza e as conselheiras também. O problema do combate à fome não é apenas a questão de dar 75 ou 80 reais, companheiro Marinho, o problema no Brasil é a seriedade do cadastro. A verdade é que nenhuma das políticas públicas tinha um cadastro sobre o qual você pudesse dizer: “esse cadastro é confiável.” Agora mesmo, quando Vossa Excelência foi ao Rio de Janeiro fazer um acordo com a prefeitura e com a governadora Rosinha, você soube que a dificuldade é fazer um cadastro, e, num cadastro de milhões, você pode errar. O que você não pode é errar mais do que acertar.

Eu não tenho dúvida, Patrus, se Deus quiser, quem sabe um pouco antes do final do nosso mandato, a gente possa, numa manhã como esta, estar reunidos aqui com o Chico, com a dona Marisa, com todos vocês, e a gente possa chegar aqui e anunciar que nós já atingimos a totalidade das famílias que precisam da transferência de renda. É possível. Eu quero dizer para vocês



que o problema não é dinheiro, não é apenas dinheiro, porque se fosse apenas dinheiro seria muito mais fácil. O problema é que nós precisamos fazer uma coisa com muita seriedade, fazer um cadastro muito sério, porque nós não queremos uma política para o nosso governo, nós queremos uma política para o nosso país, e ela tem que ser definitiva.

Muito obrigado e boa sorte a todos os conselheiros e conselheiras!

rss/cms